

Opinião Econômica

A sobra no grito

A balança comercial cumpre o prometido: folga de quase US\$ 3 bilhões no primeiro semestre, a caminho do superávit de US\$ 6 bilhões, até dezembro. O segundo semestre faz o gênero da conta de chegar e essa meta, solenemente comprometida na "carta de intenção", que ficou na intenção nas outras metas, será fatalmente alcançada.

Mas o balanço de pagamentos em conta-corrente, do qual a balança comercial é apenas uma conta, deve fechar com um déficit de US\$ 8 bilhões, na estimativa do ministro Ernane Galvêas.

Na "carta de intenção", o Brasil jurava achatar o déficit para menos de US\$ 7 bilhões.

Para realizar o superávit de comércio, vendendo um pouco mais e comprando um pouco menos, o Brasil continua nadando contra a correnteza da chamada "deterioração dos termos de troca", perversidade secular do capitalismo internacional: o preço do que a gente vende desce, o preço do que a gente compra sobe.

Nos últimos três anos, segundo a Seplan, a exportação do Brasil cresceu de 72% em volume e de apenas 11% em preço. Na contramão, a importação recuou de 6,5% em volume, mas saltou de 69% em preço.

Em 1979, uma tonelada brasileira valia uma tonelada estrangeira. Hoje, a tonelada brasileira é trocada por dois terços da tonelada estrangeira. Entregamos um terço do nosso produto em troca de coisa nenhuma.

O colapso das cotações do Terceiro Mundo, Brasil no meio, bateu com a explosão dos juros no mundo inteiro. Os juros médios de 1976, nos dois lados do Atlântico Norte, ficaram ao redor de 6,3%. Em 1978, início da decolagem, emplacaram 11,5%. No ano seguinte, já impulso de banguela, a coisa alcançou 15,4%, até um pico histórico de 24,8% em meados de 1981.

Como desgraça pouca é bobagem, a alta dos juros coincidiu com a expansão da dívida. Em 1976, a remessa de juros somou US\$ 1,8 bilhão. Ano passado, US\$ 11,4 bilhões. E ainda pior: com os bancos fechando os guichês e interrompendo a "rolagem" da dívida e a renovação do "papagaio".

Maior exportador (exclusive petróleo) do Terceiro Mundo para os países do Terceiro Mundo, o Brasil ainda tomou na testa o "boomerang" da moratória em cascata dos parceiros endividados.

Nossas vendas caíram de 70% na Nigéria, de 55% no Chile, de 50% no México, de 26% na Argentina, de 63% no Uruguai e de 67% na Polônia. Aliás, os poloneses compraram no fiado e não pagaram. Estamos cobrando US\$ 1,4 bilhão de Varsóvia e não estamos recebendo nem os juros.

A perda de posição nos mercados da periferia forçou o Brasil a brigar de foice nos mercados retrancados e saturados da Europa Ocidental, dos Estados Unidos e do Japão. Conseguimos igualar as vendas de 1981 em volume, ainda que perdendo 12% em preço.

No recuo da importação, a explicação: o avanço da substituição combinado com descarte da recessão. E agora, o disfarce da proteção: encomendas de equipamentos realizadas por estatais na Europa, Estados Unidos e Japão estão congeladas nos portos de embarque, aguardando uma ordem de partida que só vai soar em janeiro...

Até lá, uma bela taxa de armazenagem de beira de cais estará adubando o déficit externo das estatais.

Na área da substituição, a generosa contribuição do setor de energia, consumo de petróleo caindo para 966 mil barris por dia, nesta altura do calendário.

Em derivados; estamos exportando 120 mil barris por dia. Folgas nas colunas de destilação permitem maior aproveitamento do óleo bruto com maior tiragem de óleo diesel e óleo combustível. A fração da gasolina é cada vez menor no perfil do refino.

A substituição do petróleo importado avança por aumento da produção interna: 330 mil barris diários, média de 1983. Cresce por expansão de energéticos alternativos: álcool, carvão mineral, carvão vegetal, gás natural e eletrotermia.

No álcool carburante, a safra agora iniciada promete 7,1 bilhões de litros na ponta da oferta, enquanto cresce, na ponta do consumo, a fatia do motor a álcool na composição da frota nacional, inclusive, tratores agrícolas.

Projeção de consumo de álcool (isolado ou misturado) aponta para uma necessidade de até 15 bilhões de litros anuais "por volta de 1987".

Já temos oferta contratada, em implantação, para 11,2 bilhões de litros anuais. O investimento adicional, em moeda nacional, seria da ordem de Cr\$ 1,3 trilhão, aos preços de hoje.

A capacidade ociosa, agora, é da indústria do petróleo. No refino, a Petrobrás pode processar até 1,5 milhão de barris por dia, contra um consumo interno de 966 mil.

A empresa pode exportar sem racionar.

Quem fala hoje em racionamento de derivados não é do ramo. Na gasolina, que está sobrando, o governo estaria racionando imposto. Com esse imposto, o governo sustenta a estrutura de preços diferenciados (e até recentemente subsidiados) no leque dos derivados, financia programas de energia alternativa e patrocina projetos de racionalização dos meios de transporte.

Se o consumidor rejeitar a gasolina, o sistema capotará no colapso de caixa. Para o Tesouro Nacional, do alto de um déficit público monumental, hoje sob perícia técnica (e política) do FMI, a gasolina dá lucro, o álcool dá prejuízo, ainda que prejuízo meramente contábil.

A gasolina subsidia a exportação gravosa do açúcar, por exemplo.

O açúcar é a ovelha negra da balança comercial dos últimos anos de "deterioração dos termos de troca". As vendas externas caíram de US\$ 1,3 bilhão, em 1980, para US\$ 560 milhões no ano passado.

E o pior: embarcando cada vez mais em troca de cada vez menos. Em volume, as exportações de açúcar, em 1982, foram 34% maiores que as de 1980.

Preço aviltado é apelido. Para este ano, na melhor das hipóteses, o faturamento do açúcar não passará de US\$ 600 milhões, com novo aumento em volume. Para o ano que vem, tudo bem: cai o subsídio da beterraba na Europa, cai o confisco da importação nos Estados Unidos, entra em campo o novo Acordo Internacional do Açúcar.

Três batidas na madeira.

Joelmir Beting